

O TROCO

Jornal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região | Novembro 2018

Mala Direta

Postal Básica

9912330578 - DR/RS

SIND. BANCÁRIOS PELOTAS

„CORREIOS„



RESISTÊNCIA
LUTAR NÃO É CRIME

O TROCO

Uma publicação mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região

novembro/2018

Editorial

Novembro é o mês da resistência. Para resistir, no entanto, é necessário seguir exemplos históricos. Exemplos como o de Zumbi dos Palmares, que foi o líder da resistência à escravidão, no Quilombo dos Palmares. Nunca se tratou de lutar apenas pela própria liberdade, mas pela liberdade de todos os que estavam cativos. Um forte sentimento de solidariedade entre homens e mulheres, que passaram a compreender seu protagonismo, na história, e sua condição de classe. Hoje, mais do que nunca, nós, trabalhadores bancários, precisamos resistir e, mais do que isso, precisamos nos reconhecer enquanto classe trabalhadora. É preciso resistir por nossos direitos, por nossa dignidade e por nossas famílias. O governo que se avizinha promete o aprofundamento da reforma trabalhista, a aprovação da reforma da Previdência e uma política de privatizações avassaladora, que pode atingir a Caixa e o Banco do Brasil. Reforçamos nossa contrariedade em relação às privatizações, à legalização dos contratos precários e ao aumento da terceirização. Condenamos o congelamento dos investimentos em saúde e educação por 20 anos. Exigimos que a Constituição seja cumprida e que exista liberdade de expressão na imprensa e nas salas de aula. A equipe do novo governo é o retrato fiel do “falso moralismo” que dominou mentes e corações nas últimas eleições. Um ministro da Justiça que, agora, já não se envergonha de agir de forma seletiva e partidária, elogiando um réu confesso. Antes da eleição, Moro dizia que “caixa 2 era pior do que corrupção” e que “jamais entraria para a política”. Hoje, ele não só assumiu já “estar na política”, desde que tomou a frente da Lava-Jato, como também elogia quem “pede desculpas” por fazer uso de caixa 2. Eles assumiram o lado que estão. E você? De que lado está? Do seu, ou de quem mente para você e ajuda a legitimar a retirada dos seus direitos?

Expediente

Coordenador de Comunicação

LUIS DIOGO

Jornalista Responsável

EDUARDO MENEZES | MTb 15966 DRT/RS

Estagiário de Comunicação

MARCELO NASCENTE

Periódico mensal do Sindicato dos Bancários de Pelotas e Região. Rua Tiradentes, 3087 - Pelotas/RS

Telefone: (53) 3225.4108 e (53) 3225.4066

Site: www.bancariospel.org.br

e-mail: seebimprensa@gmail.com

Impressão Gráfica Seriate

Artigo

Despesas com diárias da Câmara estão em 120 mil reais

Por: Marcelo Nascente (*)

O valor gasto com diárias é o maior dos últimos cinco anos. Enquanto isso, Câmara patina em questões como a construção da sede própria e o jogo político da prefeitura e base governista na CPI do Pré-Câncer.

Dispondo de R\$ 200 mil para despesas com diárias de seus servidores, teto estabelecido em orçamento para o ano de 2018, a menos de dois meses do final do ano, o valor até agora utilizado é de R\$ 119.940,00.

A diária é a verba concedida para pagamento de despesas como alimentação e estadia, que o servidor municipal realizar em razão da viagem a trabalho.

Em 2018, os cinco que mais requereram o direito até agora foram Everton Soares, assessor parlamentar CCP-2 (Assessor Vereador Superior), com R\$ 10.175,00; o Vereador Marcos Inssariaga (Marcola), do PT, R\$ 7.665,00; João Gabriel Dias Cardoso (Gestor de Contratos), R\$ 7.585,00; vereador Ademar Ornal (DEM), com R\$ 7.485,00 e Cesar Paschoal (Assessor Parlamentar de Plenário), R\$ 6.745,00.

As razões para as viagens são as mais diversas: cursos, reuniões, audiências, palestras etc. Os valores estipulados para as diárias também variam, entre R\$ 115,00 em viagens para cidades contíguas (para servidores, Cargos em Comissão e Funções Gratificadas), a R\$ 700,00, para vereadores, assessores jurídicos e diretores.

ANOS ANTERIORES

A despesa em diárias da Câmara, em 2018, é a maior dos últimos cinco anos. Estes são os números apresentados pelo Portal de Transparência do órgão: 2017 – R\$ 33.345,00; 2016 – R\$ 72.990,00; 2015 – R\$ 82.367,50 e 2014 – R\$ 118.395,00. Os dados estão disponíveis para consulta de qualquer cidadão.

SEDE PRÓPRIA

A Câmara recebeu da prefeitura a doação de um terreno de 4.214 metros quadrados, na avenida Bento Gonçalves, com o objetivo da construção de sua sede própria. Anteriormente, dois outros locais foram doados pela prefeitura: parte do terreno próximo ao terminal rodoviário da cidade e o prédio 67 da praça Coronel Pedro Osório, que já serviu de sede ao Banco do Brasil e Secretaria das Finanças, em 2006. Ambas doações foram anuladas pela mais recente, feita em 2016.

Oitava sede desde sua fundação, em 1932,

o prédio da rua 15 de Novembro, 207, é alugado pela Câmara desde 2010, a um valor mensal de R\$ 44.331,48. Valor que, de acordo com os critérios legais, está na modalidade “pequeno valor”, e dispensa licitação.

A CPI DO PRÉ-CÂNCER

Instaurada em 17 de julho deste ano, a Comissão para investigar denúncias feitas por médicos e funcionários da prefeitura sobre irregularidades nos resultados de exames preventivos contra o câncer de útero, tem sido alvo da atenção popular.

Em meio a uma celeuma político-ético-moral, a CPI está há mais de três meses sendo assistida pelos pelotenses como uma novela cuja trama não se desenvolve. O vereador Enéas Clarindo, o primeiro escolhido para ser o relator da CPI, é do PSDB, mesmo partido da prefeita Paula Mascarenhas e de seu antecessor Eduardo Leite, cujas denúncias também alcançam parte do mandato (2013-2016).

Nenhum dos dois chegou a ser ouvido pela Comissão da Câmara. O ex-prefeito foi eleito governador do Estado, em segundo turno, em eleição realizada em 28 de novembro. Os partidos PSOL e PCB entraram com uma denúncia no Ministério Público Federal (MP) solicitando a investigação da gestão do ex-prefeito e agora governador Eduardo Leite (PSDB). PDT, PT e PC do B fizeram um relatório paralelo e o encaminharam também ao MP.

Após manobras políticas como falta de quórum, adiamento de sessões e o pedido para a troca de relator ser negado, PT e PDT retiraram-se da Comissão, que está há um mês sem um presidente.

Mesmo com a pressão da comunidade e com protestos do grupo Mulheres Pela Vida, que organizou manifestação para exigir da prefeitura que todos os exames fossem refeitos - e que o ex-prefeito e a atual prefeita, Paula Mascarenhas (PSDB), fossem depor perante a Comissão -, pouco ou quase nada foi respondido até agora. E a prefeitura e sua base aliada na Câmara de Vereadores não parecem empenhar-se no rápido andamento do processo.

A CPI, até o momento, continua sem ter um presidente. Nomes são cogitados, mas nada de concreto foi apresentado. Enquanto isso, a população, que aguarda por respostas, assiste a uma novela que parece ter tudo para apresentar um final decepcionante...

(*) Estudante de Jornalismo e editor do jornal O Verbo!

<https://www.facebook.com/overbojornalismo/>

CHARGE



Sindicato realiza devolução da mensalidade dos sócios

Medida tomada pelo Sindicato tem por objetivo evitar prejuízos aos seus associados



Conforme aprovado em assembleia da categoria, realizada no mês de agosto, a devolução da mensalidade cobrada no mês de setembro foi devolvida aos associados, já que não houve debate junto à categoria sobre a taxa negocial.

No acordo coletivo deste ano, foi negociado junto aos bancos o desconto de 1,5% sobre o salário de setembro e da PLR para cobrir as despesas com a Campanha Salarial e compensar a perda de imposto sindical, que era realizado no mês de março.

Sindicato publica Carta aberta à população

Bancos não podem restringir atendimento nos caixas à população

Com a medida, os pelotenses foram informados que os bancos não podem se negar a realizar atendimento nos caixas.

No dia 7 de novembro, o Sindicato publicou uma Carta Aberta à população, nos dois jornais diários de Pelotas, denunciando que a função mais tradicional de um banco – o atendimento nos caixas – parece estar com os dias contados. A causa desse retrocesso é a ganância dos banqueiros, que pretendem impor uma redução drástica do número de caixas e, em algumas agências, até mesmo sua extinção. Essas medidas, conforme denunciemos, devem levar a demissões de funcionários e à precarização do serviço bancário.

Além disso, foram informados à população de Pelotas os

contatos das ouvidorias dos bancos e do Banco Central (BC), solicitando que sejam realizadas denúncias no caso do direito ao atendimento nos guichês dos caixas ser negligenciado. A proibição é ilegal e fere as normas do BC, que determina, por meio da Resolução nº 1.865/91, que “é vedada a discriminação entre os clientes e não clientes em pagamentos de serviços básicos, como água, luz, gás e telefone, cobrados por empresas com as quais os bancos têm liberdade de fazer convênios”. Conforme a resolução 3.694/2009, do BC, os bancos estão proibidos de recusar ou dificultar o acesso aos canais de atendimento convencionais, inclusive aos guichês de caixa, mesmo que possua meios alternativos, uma vez que o consumidor tem autonomia para escolher como quer ser atendido.

CAIXA

Luta pela Caixa 100% Pública ganha ainda mais importância

Diante da eleição de um governo extremamente privatista, a defesa do banco público e sua função social é o único caminho que a conjuntura reserva aos trabalhadores da Caixa. Nesse contexto, não resta outro caminho para os empregados da Caixa que não intensificar ainda mais a defesa da Caixa 100% Pública, assim como as funções sociais exercidas pelo banco e o seu papel fundamental para o desenvolvimento do país e sua retomada econômica.

Encerradas as eleições, a conjuntura posta para 2019 é clara: teremos um governo federal ainda mais privatista, o qual terá como ministro da Fazenda o economista ultra liberal Paulo Guedes, que já declarou que pretende privatizar todas as estatais. No primeiro ano de mandato, Guedes já declarou que o objetivo é vender 50 estatais.

LIVRO “A CAIXA É DO POVO!” FOI LANÇADO NA FEIRA DO LIVRO DE PORTO ALEGRE

Durante a tradicional Feira do Livro de Porto Alegre, na terça-feira (06/11), foi lançado o livro em forma de contos “A Caixa é do Povo!”. A publicação, que conta com patrocínio da Fenae, apresenta a história e a importância do banco, bem como os perigos de pri-



vatização do patrimônio público. O livro é resultado da Oficina de Criação Literária “Caixa do Povo e 100% Pública”, ministrada pelo renomado escritor Alcy Cheuiche, e reúne contos de 11 autores.

BANCO DO BRASIL

Banco do Brasil altera normativo que regulamenta acesso à saúde

No dia 1º de novembro, o BB alterou o normativo que regulamenta o acesso à saúde e outros benefícios pessoais dos funcionários, IN 365-1. A alteração está tentando criar a figura do funcionário pós-2018. O normativo diz que o bancário que entrou no banco a partir de janeiro de 2018 não terá direito a ingressar na CASSI. Esclarece, ainda, que ressarcirá somente 50% “plano de saúde suplementar contratado pelo funcionário no mercado”.

Essa medida é um desrespeito aos funcionários da ativa e aposentados, que rejeitaram, massivamente, as alterações nefastas no estatuto da CASSI. A diretoria do Banco do Brasil também desrespeita o judiciário, uma vez que a Justiça suspendeu os efeitos da CGPAR 23 e proíbe o Banco de diferenciar os funcionários na oferta de planos de saúde.

BANRISUL

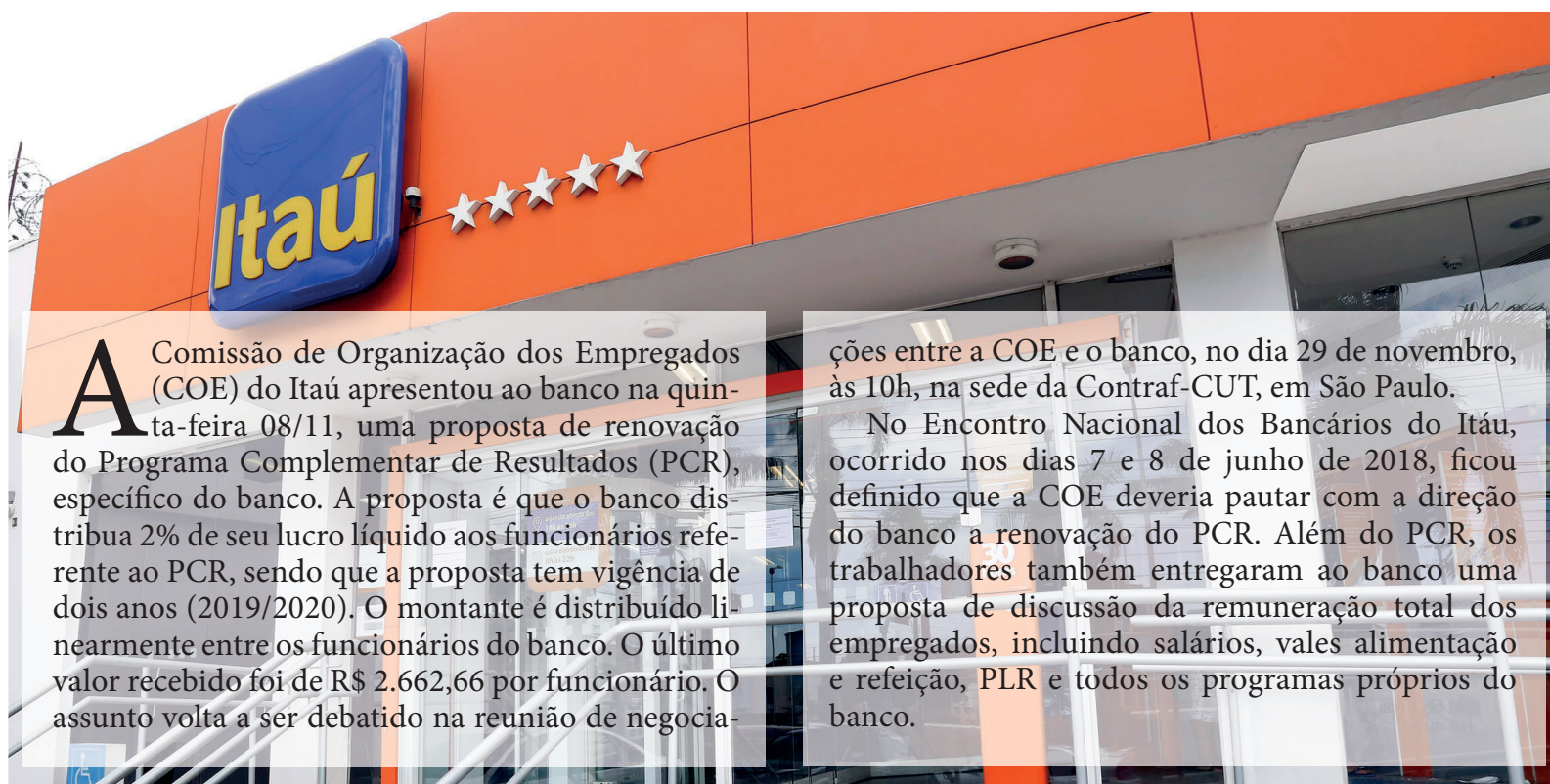
Nota de Esclarecimento sobre o PDAV no Banrisul

A Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Instituições Financeiras do Rio Grande de Sul vem a público esclarecer o Fato Relevante publicado pelo Banrisul, no dia 06 de novembro, nos meios de comunicação, sobre o “Plano de Desligamento Por Aposentadoria Voluntária de seus empregados”. A Fetrafi-RS esclarece que recebeu a proposta no final da tarde de terça-feira (06/11). Diante do fato ocorrido, a Federação vem a público explicar que o movimento sindical Cutista tem por princípio a defesa dos empregos e nunca negociou ou assinou nenhum acordo de plano que vise à demissão dos Bancários – PDVs.

Esclarecemos, ainda, que as representações sindicais não participaram da construção desta proposta apresentada pelo Banrisul, com a qual não concordamos, pelo princípio básico da defesa dos empregos e pela realização de concursos públicos. Diante do exposto, o movimento sindical não irá “avaliar ou analisar” o que está sendo proposto pelo Banco.

ITAÚ

Banco já está com proposta de renovação do PCR



A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Itaú apresentou ao banco na quinta-feira 08/11, uma proposta de renovação do Programa Complementar de Resultados (PCR), específico do banco. A proposta é que o banco distribua 2% de seu lucro líquido aos funcionários referente ao PCR, sendo que a proposta tem vigência de dois anos (2019/2020). O montante é distribuído linearmente entre os funcionários do banco. O último valor recebido foi de R\$ 2.662,66 por funcionário. O assunto volta a ser debatido na reunião de negocia-

ções entre a COE e o banco, no dia 29 de novembro, às 10h, na sede da Contraf-CUT, em São Paulo.

No Encontro Nacional dos Bancários do Itaú, ocorrido nos dias 7 e 8 de junho de 2018, ficou definido que a COE deveria pautar com a direção do banco a renovação do PCR. Além do PCR, os trabalhadores também entregaram ao banco uma proposta de discussão da remuneração total dos empregados, incluindo salários, vales alimentação e refeição, PLR e todos os programas próprios do banco.

SANTANDER

Sindicato participa de reunião para debater assédio por parte da Superintendência

O Sindicato esteve na capital gaúcha participando de reunião que discutiu o assédio moral praticado pelo banco e a insegurança dos trabalhadores quanto ao futuro do SantanderPrevi. O diretor de rede, Luís Ricardo, e a gerente de relações sindicais, Fabiane Ribeiro, estiveram representando o Banco na reunião.

A postura do Santander, em relação aos seus funcionários, tem preocupado o Sindicato. As denúncias dão conta de que existe uma conduta desrespeitosa em relação à cobrança de metas por parte da Superintendência da Regional Sul. O assédio moral, que foi denunciado ao Sindicato, indica que os funcionários têm recebido pressões referente à venda de produtos, de maneira contínua. Além disso, também estão recebendo mensagens pelo WhatsApp cobrando o cumprimento das metas, mesmo fora do horário de trabalho.

“Só aqui, na região de Pelotas, 80% das homologações ocorridas, esse ano, foram a pedido dos funcionários. Mesmo em uma conjuntura desfavorável os funcionários preferiram pedir demissão tamanho o assédio que estão enfrentando por meio do uso de aplicativos de mensagem instantânea, mesmo em seus horários de descanso”, explicou o diretor do Sindicato, Luís Diogo.

O Sindicato está aguardando as providências do banco em relação às denúncias que foram apresentadas.

BRADESCO

Bradesco defende novas medidas contra o trabalhador

Bradesco confirma, em relatórios, que defende a Reforma da Previdência e medidas antipopulares do novo governo

O Bradesco diz que sente-se revigorado “para dar início a um novo ciclo de reformas estruturais no sentido da modernização do Brasil”. Em outras palavras, o banco tem pressa em aprovar a Reforma da Previdência e defende a proposta do presidente eleito de pôr fim aos direitos previstos na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Bolsonaro anunciou, na campanha eleitoral, o projeto de criar uma nova carteira de trabalho, verde e amarela, sem as conquistas previstas na legislação trabalhista.

Está claro, nos relatórios, que o banco tem lado e, certamente, os interesses do sistema financeiro não são os da valorização do trabalho, geração de emprego e renda, direito à aposentadoria e da justiça social, mas unicamente o do lucro fácil da ciranda financeira.

Um ano de retrocessos: reforma trabalhista gera empregos precários e abre caminho para flexibilização ainda maior de direitos

No dia 11 de novembro de 2017, os trabalhadores brasileiros começaram a ver retrocederem direitos históricos e, a partir do próximo ano, devem sofrer ainda mais ataques às suas conquistas. Aproveitando-se da farsa do impeachment, Temer (MDB) priorizou a realização da reforma trabalhista e já mira na Previdência. Na prática, após um ano da entrada em vigor da nova legislação, já é possível constatar que a maior parte dos novos contratos de emprego foram firmados sem carteira assinada.

A precarização das relações de trabalho fica evidente na medida em que são consideradas as informações apresentados pelo próprio governo federal, a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, podendo ser relacionadas, ainda, com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As promessas de geração de empregos, propagandeadas por parcela significativa da grande mídia, deixa em suspenso um fator importante: de cada 10 pessoas que estavam trabalhando, no terceiro trimestre deste ano, aproximadamente quatro vagas eram informais. A manipulação de dados, por parte de setores da mídia ligados ao governo, não esclarece, ainda, que o aumento da taxa de desemprego (hoje, aproximadamente, em 11,9%) só não é maior porque as vagas obtidas por quem ingressou no mercado de trabalho se deu por conta própria ou em postos de trabalho que não ofereciam salário fixo, férias, 13º e FGTS.

Mas os retrocessos não devem parar por aí. Após o presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL), reafirmar que “o trabalhador terá de escolher entre direitos e empregos”, anunciando, em seu programa de governo, a criação de uma nova carteira de trabalho (a carteira verde-amarela), a expectativa é de que mais direitos sejam suprimidos, aumentando, cada vez mais,

a quantidade de postos de trabalho precários.

É importante recordar que as cláusulas sociais das Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) foram duramente atacadas com a aprovação da reforma trabalhista, em novembro do ano passado, dificultando o acesso à Justiça do Trabalho e aumentando as demissões por meio de acordos, em ambientes externos aos dos sindicatos, fazendo valer a

máxima do “negociado prevalecer sobre o legislado” e levando à insegurança quanto à manutenção de direitos como os que a categoria bancária adquiriu na sua CCT.

Já está provado que retirar direitos não gera mais empregos e muito menos ajuda a “acelerar” a economia. O que entrou em vigor, na prática, é a legalização da informalidade, o que não representa a “inclusão de novos trabalhadores”, e sim uma real ameaça às condições de trabalho de categorias como a bancária, colocando em risco a manutenção de postos de trabalho, já que a legislação permite que se firmem contratos temporários e se terceirize atividades que podem ser mais rentáveis para os bancos, com menos encargos trabalhistas.

É preciso considerar, também, que o governo Bolsonaro falou até mesmo em extinguir o Ministério do Trabalho. Caso essa

medida seja concretizada, contribuirá para a precarização das relações de trabalho. Hoje, esta é a pasta responsável, por exemplo, pela fiscalização de ilícitos cometidos em relação às jornadas de trabalho abusivas e aos possíveis danos à saúde do trabalhador (sejam físicos ou psíquicos). Além disso, é de atribuição do referido Ministério, também, combater crimes como o trabalho escravo e infantil. Compete a esta pasta, ainda, viabilizar a qualificação dos trabalhadores e coordenar o Fundo de Garantia e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), ambos fundamentados pela Constituição.

Pra que Ministério do Trabalho?



Bom era antigamente...

Reforma da Previdência e privatizações darão a linha do novo governo

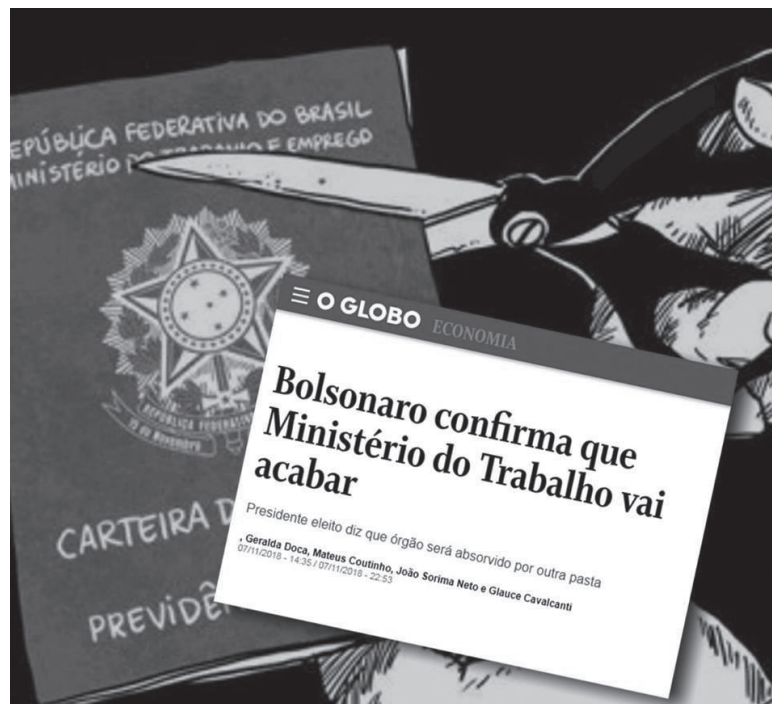
O anúncio de que pode extinguir o Ministério do Trabalho e a nomeação do juiz Sérgio Moro para o Ministério da Justiça são estratégias decisivas do projeto de governo do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL). A continuidade das reformas de Temer, com prioridade na eliminação de impostos e encargos sobre a folha de pagamento, visa, para o futuro, o aumento da informalidade e da precarização no mundo do trabalho.

Para legitimar medidas que, certamente, atingirão a parte mais humilde da população, a estratégia populista da extrema-direita foi precisa. Trouxe o maior símbolo do antipetismo para o governo, procurando dar um aspecto de seriedade ao que está por vir e, assim, legitimar as reformas neoliberais que estão sendo pensadas pelo futuro ministro da economia, Paulo Guedes. Independente de aprovar as mudanças no regime da previdência ainda este ano, a transição entre Temer e Bolsonaro segue a linha da troca de favores, que caracteriza a articulação política em marcha no país.

A aliança entre o grande empresariado (com destaque para os banqueiros) e setores retrógrados das forças militares, da igreja evangélica e do agronegócio não tem receio de macular sua imagem perante a opinião pública. Sob o véu do antipetismo, esconde-se uma composição de governo que coloca lado a lado um ministro-chefe da Casa Civil que assumiu, publicamente, ter recebido dinheiro de caixa 2, e um juiz que afirmou considerar “caixa 2 pior do que corrupção”.

A neurose obsessiva da direita brasileira ainda mantém anestesiada boa parte da opinião pública, mas não se sabe o tempo que esta incapacidade de julgar a realidade irá perdurar. Sabendo disso, o futuro ministro da economia tem pressa. Caso não consiga aprovar uma reforma de previdência exatamente como idealizou, já se contenta que algo seja “adiantado” nesta reta final de governo Temer, para que possa, em breve, caminhar na direção de um regime de capitalização, onde não haverá nenhum tipo de assistência social ou solidariedade. No formato desejado pelo futuro governo Bolsonaro, não deve haver contribuição nem por parte do empregador nem do Estado.

O fim da previdência social - como a conhecemos -, mesmo não havendo o déficit alardeado, caminhará junto com a precarização ainda maior do trabalho, havendo um aprofundamento da reforma trabalhista de Temer. A ideia é gerar vagas de trabalho com alta rotatividade e com o mínimo de encargos trabalhistas (se pos-



sível sem encargos), criando uma falsa ideia de que os empregos estariam sendo retomados. Para piorar ainda mais esse cenário, a prioridade em privatizar “tudo o que for possível, no menor tempo possível”, mira diretamente na Caixa Econômica Federal. O banco foi citado por Guedes, em entrevista à Globo News, ao falar do plano de privatizações que está por vir.

Segundo o economista, a venda de empresas estatais seria uma forma de reduzir o endividamento público. A ideia de “controlar os gastos públicos”, que teria sido iniciada no governo Temer, no entanto, não está se confirmando na prática. Basta considerar que o reajuste no salário dos ministros do STF custará aproximadamente R\$ 5,3 bilhões aos cofres públicos. A estimativa é de uma nota técnica produzida pela consultora do Congresso. Para se ter uma ideia, esse valor equivale à soma do orçamento previsto para dois programas sociais dos governos petistas, que ajudaram muitos dos eleitores de Bolsonaro: Luz para Todos e Minha Casa Minha Vida. Em 2019, estima-se que a eletrificação rural conte com um financiamento de R\$ 1 bilhão e o orçamento habitacional R\$ 4,5 bilhões.



Baixe o aplicativo da Radiocom para Android no Google Play



A Negra Pelotas que ninguém quer lembrar*

Por Carla Silva de Avila (*) – sociocarla@gmail.com

Doutoranda do PPG Políticas Públicas e Direitos Humanos /UCPEL

É impossível pensar na constituição da cidade de Pelotas sem pensar na contribuição da sabedoria, cultura e força de trabalho africana. Mesmo a historiografia oficial nos colocando como presença subalterna ou inferiorizada, ou mesmo resumida ao trabalho braçal. A negritude pelotense é mais do que isso! A herança e cultura africana está presente nas distintas formas de organização política, econômica, cultural e simbólica forjadas nas inúmeras formas de resistência que hoje celebramos nesse mês de novembro. Mês forjado pelo movimento social negro em especial pelo Grupo Gaúcho Cultural Palmares, liderado por Oliveira Silveira na década de 1970, não aceitando o “13 de Maio” como data negra e nem a Princesa Isabel como heroína e sim Zumbi dos Palmares, o verdadeiro Rei da liberdade. Lembrando e (re) memorando a luta de mulheres e homens negros nos revelam uma liberdade forjada no movimentar de um corpo seja no terreiro, seja na luta operária, seja na dança.

A Pelotas Negra que ninguém quer lembrar, forja sua resistência na relação como sagrado, com deuses e deusas de uma matriz africana, hoje conhecida como o Batuque, uma tradição expressa em uma das maiores riquezas culturais da cidade, nos seus doces, que também serviam como intercâmbio na relação com as divindades. Ninguém quer lembrar das organizações em Irmandades religiosas, em blocos carnavalescos que demonstram um cultural/político que utilizou-se da arte, da rua e da religiosidade como forma de denúncia das atrocidades e consequências de um modo de produção escravocrata. Em seguida, percebe-se essa organização e resistência na consolidação de um capitalismo dependente, que destina os corpos negros a condições vulneráveis de existência, sendo denunciados, na década de 1930, pela Frente Negra Brasileira e, aqui na cidade, pela Frente Negra Pelotense. Organizações que denunciam um Estado nacional que não pensa essa transição de trabalhadores escravizados a desempregados, pois, aqui, cabe salientar que, concomitantemente, no processo constituição de um capitalismo dependente, havia a fomentação das políticas de imigração que

privilegiava o imigrante como o operário, o trabalhador nesse novo modo de produção. É importante frisar que, em meados do século XX, o pensamento social brasileiro estava permeado pelas teorias racialistas do Século XIX, que inferiorizavam não-brancos como raça inferiores, e mesmo com a declaração da UNESCO em 1950, de que

existe somente uma raça humana, o racismo se diluiu nas mentes e estruturas sociais. O racismo se perpetua, aqui no Brasil pela cor, como nos coloca Oracy Nogueira. Ele se manifesta como uma marca, ou seja, pelas características fenotípicas e não pela ancestralidade, como ocorre nos EUA.

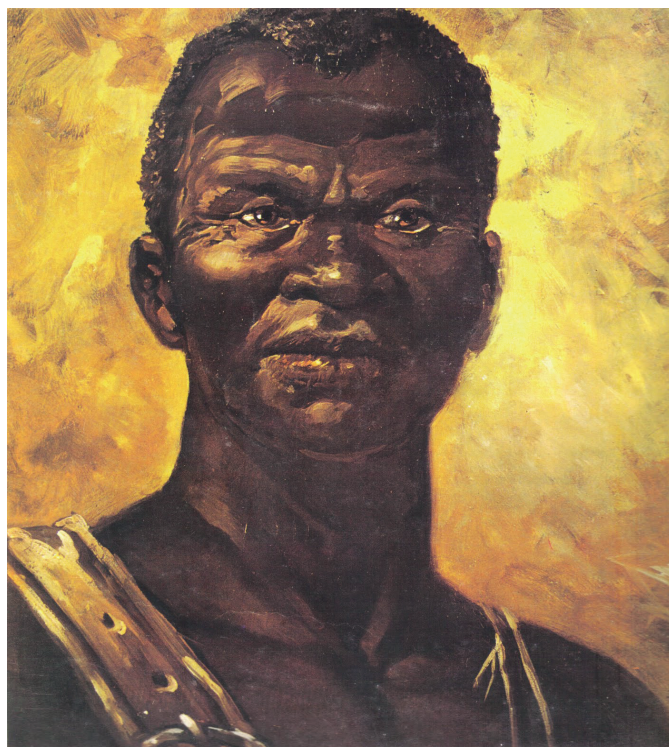
Assim, nesse pequeno contexto, podemos perceber as contradições de uma nação que constantemente nega a força de mais de 50% da população que tem a ensinar sua garra e forma de sobreviver e (Re) existir. Uma população que carrega a marca de um Estado que somente em 1988 torna o racismo crime, que somente em 2010 aprova um Estatuto da Igualdade Racial, que somente em 2012 aprova uma Lei de Cotas nas Instituição de Ensino Superior, a partir da pressão do Movimento Negro. E pela ironia dessa “igualitária

nação”, esta política está sendo constantemente fraudada por brancos que disputam o pardo que sempre negro foi! Uma população que lidera as taxas de assassinatos entre os jovens negros, demonstrando a dura face desse Estado genocida. Corpos negros que lideram os presídios, as taxas de violência contra as mulheres negras, seja na saúde, seja na violência doméstica. Essa é a face da Negra Pelotas que ninguém quer lembrar, pois ela é mulher, é forte, manipula sua ligação com sua origem e matriz africana, articula seu existir numa estrutura que não aguenta seu constante e incansável resistir!

Viva Teresa de Bengela!

Viva Mariele Franco!

* Texto baseado em minha dissertação de Mestrado: Avila, Carla Silva de A princesa batuqueira: etnografia sobre a interface entre o movimento negro e as religiões de matriz africana em Pelotas/RS – Pelotas, 2011.



FIQUE LIGADO!

No mês de dezembro, serão entregues as agendas de 2019 aos associados.